

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE-UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BACHARELADO)

PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE O PARQUE ESTADUAL JOSÉ
LUTZENBERGER, TORRES-RS

RITA DE CÁSSIA JUSTO DA LUZ

CRICIÚMA

2018

RITA DE CÁSSIA JUSTO DA LUZ

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE O PARQUE ESTADUAL JOSÉ
LUTZENBERGER, TORRES-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Biológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação Ambiental.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Miriam da Conceição
Martins

CRICIÚMA

2018

RITA DE CÁSSIA JUSTO DA LUZ

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE O PARQUE ESTADUAL JOSÉ
LUTZENBERGER, TORRES-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Biológicas, no Curso de Ciências Biológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação Ambiental.

Criciúma, 23 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Miriam da Conceição Martins – Dr. - (UNESC) - Orientadora

Prof. Carlyle Torres Bezerra de Menezes - Dr. - (UNESC)

Prof.^a Yasmine de Moura da Cunha - MSc - (UNESC)

Dedico este trabalho a todas as pessoas que lutam pela proteção do meio ambiente, visando assegurar o direito às gerações presentes e futuras, de usufruir de um meio ambiente equilibrado e justo.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Miriam da Conceição Martins, que aceitou me guiar durante essa caminhada final na minha graduação, sendo sempre solícita, e sendo além do que minha orientadora, sendo uma grande amiga.

À Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, que foi de grande importância tanto na minha graduação, quanto na realização deste trabalho de conclusão de curso.

Ao Lukinhas, um grande amigo que sempre me ajudou quando precisei, sempre me motivou quando precisei ser motivada, sempre me fazendo rir. Você sempre foi, continua e será um grande amigo da graduação.

À minha família, que de alguma forma me apoiou nessa jornada.

Às pessoas que aceitaram participar das entrevistas para este trabalho, e as que me ajudaram dando informações sobre o Parque Estadual José Lutzenberger, o meu muito obrigado, vocês foram de grande importância.

**“A história da vida na Terra tem sido uma história
de interação entre coisas vivas e seus ambientes. ”**

Rachel Carson

RESUMO

Os diferentes impactos que vem ocorrendo no mundo advém de ações humanas, e para tentar minimizar ao máximo tais impactos, é necessário entender o porquê de tais ações, principalmente através do estudo da percepção ambiental, que se torna de grande importância, pois a mesma auxilia na compreensão das relações entre o ser humano e o meio em que vivem. Este estudo teve como objetivo principal identificar a percepção ambiental dos visitantes do Parque Estadual José Lutzenberger, mais conhecido como Parque da Guarita, no município de Torres, Rio Grande do Sul, Brasil, para assim, servir de base para a elaboração de projetos de Educação Ambiental. Para o estudo foram realizados questionários, que consistiram de 14 perguntas, sobre a percepção da bio e geodiversidade do local, pontos positivos e negativos, entre outros. Esta pesquisa envolveu 20 visitantes do Parque, 10 deles dentro do mesmo, e os demais fora, tendo uma abordagem quanti-qualitativa, descritiva, de levantamento, exploratória e de campo, realizada através de um questionário com perguntas abertas e fechadas. A análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo, com a categorização dos dados, por meio da ordenação, classificação e análise final dos dados pesquisados. Os resultados mais significativos apontaram para a grande importância conferida pelos entrevistados pelo Parque, em função de o mesmo ter um grande impacto visual frente à grande urbanização do entorno, apresentando atributos únicos na região que o tornam uma espécie de refúgio do cotidiano da cidade. Deste modo foi demonstrado a importância da conservação e de o mesmo ser usufruído de forma sustentável, com destaque, principalmente para o ecoturismo. Toda essa importância discutida, corrobora com a visão de meio ambiente discutida na última questão, que verificou uma visão antropocêntrica, onde o Parque foi tido como um bem de grande importância para nosso usufruto, merecendo assim ser conservado para as presentes e futuras gerações. Diante dos resultados, isso nos levou a concluir que o Parque Estadual José Lutzenberger merece ser amparado por legislações realmente eficazes, que assegurem, ao mesmo tempo, os nossos direitos constitucionais de usufruir de um meio ambiente justo (socialmente) e equilibrado (ecologicamente).

Palavras Chave: Percepção Ambiental; Parque da Guarita; Parque Estadual José Lutzenberger.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Foto aérea do Parque Estadual José Lutzenberger.....	24
Figura 2 – Gráfico representativo da opinião dos entrevistados sobre o que é o Parque	29
Figura 3 – Gráfico representativo da opinião dos entrevistados sobre a função do Parque.	29
Figura 4 – Gráfico da representatividade das categorias de motivo de visita ao Parque por parte dos entrevistados.....	32
Figura 5 – Gráfico da representatividade de categorias sobre os aspectos positivos do Parque por parte dos entrevistados.	33
Figura 6 – Gráfico da representatividade de categorias sobre a visão da vegetação do Parque por parte dos entrevistados.	35
Figura 7 – Gráfico da representatividade de categorias sobre os animais percebidos no Parque por parte dos entrevistados.	36
Figura 8 – Gráfico da representatividade de categorias referentes a importância dos paredões rochosos à beira mar por parte dos entrevistados.	36
Figura 9 – Gráfico da representatividade de categorias referentes à percepção de meio ambiente por parte dos entrevistados.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa de Seres Humanos
ONG	Organização não Governamental
ProNea	Programa Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS	12
1.1.1 Objetivos Específicos.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	14
2.2 ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	16
2.3 O PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZENBERGER	20
3 METODOLOGIA.....	22
3.1 TIPO DE PESQUISA	22
3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO	24
3.3 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	24
3.4 MÉTODO DE COLETA DE DADOS	26
3.4.1 Aplicação da Metodologia de Coleta de Dados.....	26
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	28
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	28
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	43
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	47
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE TORRES-RS PARA PESQUISA NO PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZENBERGER	50
ANEXO C – PARECER SUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DE HUMANOS – CEP, DA UNESC.	51
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DO PARQUE. ...	53

1 INTRODUÇÃO

Segundo Dias; Leal e Carpi Júnior (2016, p. 12) “Os diferentes impactos ambientais ocorrem principalmente em função do tipo de relação que o ser humano estabelece com o meio ambiente”. Entende-se que tais impactos e/ou problemas ambientais não se resolvem apenas com a imposição de regras de “certo” e “errado” ou com a criação de leis, pois o problema para com o meio ambiente advém de diferentes relações humanas para com o mesmo. Logo, para tentar de alguma forma amenizar tais impactos, necessita-se conhecer e entender tais relações, principalmente através da percepção.

Entende-se a percepção, segundo Cavalcante e Maciel (2008, p. 150) como o “processo básico de apreensão da realidade interna e externa ao indivíduo, sendo que, na percepção ambiental, refere-se, principalmente à apreensão da realidade externa, à percepção do entorno espacial”. Tuan (1980, p. 6) cita que “Duas pessoas não veem a mesma realidade, e nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente”, sendo este fato ainda reforçado por Alirol (2001, p. 25), onde “diferentes atores não veem os problemas ambientais e de desenvolvimento da mesma maneira [...]”. Logo, saber como o indivíduo se relaciona e vê o seu entorno espacial, se torna de extrema importância, devido ao fato de que, por possuírem percepções diferentes, as respostas a programas de educação ambiental podem diferir ao ponto de que nem sempre uma técnica de Educação Ambiental funciona para os mesmos indivíduos ou grupos e podem acabar se tornando deficientes ou até mesmo, ineficientes. Dias, Leal e Carpi Júnior (2016, p. 12) reforçam ainda que, “A Educação Ambiental está intimamente ligada ao indivíduo como ser social, portanto é importante a percepção individual como elemento da prática ou disseminação da Educação Ambiental sob os olhares de cada ator do espaço social”. Minayo (2009, p. 21) ainda cita que “[...] o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”.

Toda essa importância acima citada se mostra necessária principalmente pela necessidade de mudarmos nossa visão, como reforçado por Martins e Frota (2013, p.101), que consideram que “A crise Ambiental que enfrentamos nos oferece um indício da urgência de se acelerar o processo de construção de um novo paradigma”. Todo esse processo de mudança de paradigma se torna ainda mais necessário, frente ao desconhecimento por parte da sociedade da importância das unidades de proteção ao meio ambiente, principalmente as regidas pela Lei do SNUC, nº 9.985, de 18 de julho de 2000, quanto as não regidas pela lei,

mas que possuem objetivos semelhantes, visto que tal proteção é necessária à manutenção do equilíbrio do meio ambiente, para as futuras e presentes gerações, como previsto pelo Art. 225 da constituição federal brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), de que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O Parque Estadual José Lutzenberger, conhecido popularmente como Parque da Guarita, foi escolhido como local de estudo, por não ser uma unidade de conservação regida pela lei do SNUC, mas apresentar características de uma, e por ter uma grande importância geológica, ambiental, paisagística, cultural e econômica, recebendo cerca de 30.000 visitantes anualmente (TORRES, 2018), entre eles cidadãos locais, de outras cidades, estados e países, como Argentina e Uruguai. Este fato gera a necessidade de criação e realização de estratégias de educação ambiental para conscientizar a população da importância de conservar esta área, visto que se trata do único trecho do estado que apresenta o encontro de torres basálticas da Serra Geral com o oceano Atlântico. O Parque foi concebido e executado na década de 1970, através principalmente do empenho de José Lutzenberger e de ambientalistas locais (TORRES, 2018). Segundo Horn e Dias (2009, p. 1871) “[...] Lutzenberger estabeleceu como objetivo central a valorização da flora endêmica, na época bastante devastada, e o desenvolvimento de um processo de implantação que explorasse as respostas espontâneas da natureza”.

Em 1996, o município de Torres recebeu a concessão de uso do Parque, apesar de o mesmo continuar sendo Estadual (TORRES, 2018). Já em 2003, o Parque teve seu nome alterado oficialmente para “Parque Estadual José Lutzenberger”, através da Lei Estadual nº 11.884, de 02 de janeiro de 2003 (RIO GRANDE DO SUL, 2003, p. 1), em homenagem a um dos grandes incentivadores de sua criação e implementação, o agrônomo e ambientalista, José Lutzenberger (1926-2002).

A cada ano vem crescendo ações de Educação Ambiental em Torres-RS, tendo em vista a sua importância em relação ao meio ambiente e outros aspectos, como cultura, paisagem e história, sendo essas ações geralmente coordenadas por ambientalistas e simpatizantes. Apesar da grande ocorrência de tais ações, sobre o Parque José Lutzenberger:

O parque parece ser pouco explorado, no sentido de expor aos visitantes, informações de forma insuficiente, sendo de grande valor o investimento em materiais que informassem o visitante sobre as diversas histórias, fauna e flora,

dimensões geográficas, e outros fatores relevantes a serem apresentados (BASSA, 2016, p.11).

Esse fato se destacou durante as pesquisas para o presente trabalho, pois informações referentes ao Parque e, principalmente às questões de descrições de fauna, flora e geologia se encontram escassas, tanto em meio eletrônico, quanto em órgãos competentes ao Parque, tendo em vista que tais informações são de extrema importância para os processos de análise de percepções ambientais e consequentemente, de Educação Ambiental.

Diante de todo o exposto, este trabalho se justifica pela necessidade de serem reforçadas e/ou criadas novas estratégias de Educação Ambiental para o Parque Estadual José Lutzenberger, através da análise da percepção ambiental dos visitantes do local.

Para realização deste trabalho, o grupo alvo consistiu de 20 visitantes do Parque Estadual José Lutzenberger, sendo 10 selecionados de forma aleatória dentro do Parque durante o período matutino do primeiro sábado do mês de julho de 2018, e o restante foram fora do mesmo, durante as semanas seguintes do mesmo mês.

Diante das reflexões obtidas sobre este trabalho, tem-se como problema de pesquisa: qual a percepção ambiental dos visitantes do Parque Estadual José Lutzenberger, em Torres-RS?

Logo, buscando obter respostas para essa questão, elencou-se como hipóteses: 1 - O comportamento exteriorizado do ser humano é influenciado pela percepção que o mesmo tem sobre o ambiente; 2 - A conservação de um local só é concretizada a partir das ações dos indivíduos, que agem de acordo com a sua percepção ambiental.

1.1 OBJETIVOS

Este estudo tem como **Objetivo Geral**: Analisar a percepção ambiental dos visitantes sobre o Parque Estadual José Lutzenberger.

1.1.1 Objetivos Específicos:

- 1-Identificar o perfil dos visitantes do Parque Estadual José Lutzenberger;
- 2- Verificar a percepção de "Meio Ambiente" sobre o Parque José Lutzenberger por visitantes;

Este trabalho de conclusão de curso está estruturado em 5 capítulos, referências bibliográficas, apêndices e anexos. O primeiro capítulo apresenta a introdução, abordando o problema de pesquisa, a justificativa, os objetivos, a delimitação do trabalho e sua estrutura. O capítulo seguinte aborda o referencial teórico sobre os assuntos envolventes desse trabalho, como: a percepção ambiental; as áreas naturais protegidas em seu contexto histórico, relacionando-as com a educação ambiental, e o histórico do Parque José Lutzenberger como uma área de proteção. O capítulo três aborda a metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho. O capítulo seguinte refere-se à apresentação e análise dos dados, por meio da análise quanti-qualitativa, dos mesmos. O quinto capítulo apresenta as considerações finais e recomendações futuras. Por fim, mas não menos importante, são apresentadas as referências bibliográficas, os apêndice e anexos deste presente trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Segundo Tuan (1980, p. 4), “Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”. Tuan (1980) ainda destaca a percepção como resultado da interação da mente dos indivíduos, de suas atitudes e valores, experiências, expectativas, inteligência, valores éticos, morais, culturais, juntamente com os cinco sentidos, principalmente o da visão, por ser o mais aguçado e evoluído nos animais, e pelo fato de os seres humanos dependerem mais conscientemente dele, sendo que para o mesmo autor “duas pessoas não veem a mesma realidade, e nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente” (TUAN, 1980 p. 6). Este fato é justificado, segundo Reigota (2001, p. 14) pelo fato de que “[...] cada pessoa o delimita em função de suas representações, conhecimento específico e experiência cotidianas [...]”.

Segundo Amorim Filho (2002, p.19), percepção é “uma função psicológica que torna o indivíduo capaz de converter os estímulos sensoriais em experiências organizadas e coerentes”, logo, nota-se que, para esse autor, a noção de percepção se dá diretamente pela interação da ação dos cinco sentidos e as experiências do indivíduo, que juntos cooperam para organizar de forma coerente, a realidade percebida. Segundo Naime e Garcia (2004, p.21), “Cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferenciada. As respostas e manifestações são resultantes das percepções de cada um, ou seja, dos processos cognitivos, julgamentos e experiências.”. Esta ideia é reforçada por Alirol (2001, p.25), que considera que “diferentes atores não veem os problemas ambientais e de desenvolvimento da mesma maneira [...]. Rio (1996, p.3), descreve a percepção como: “[...] um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos dos cinco sentidos estimulados externamente, e através de ações cognitivas [...], onde a mente exerce papel ativo na construção da realidade percebida”. Para o mesmo autor “Embora essas percepções sejam subjetivas para cada indivíduo, admite-se que existam recorrências comuns, seja em relação às percepções e imagens, seja em relação às condutas possíveis” (RIO, 1996, p. 4). Cavalcante e Maciel (2008, p.150), entendem percepção como “[...] o processo básico de apreensão da realidade interna e externa ao indivíduo”.

Segundo Tuan (1980 p. 68) “para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos”. Quando indagados sobre como as pessoas atribuem significado ao espaço e lugar, Tuan (1983, p.5) cita que os cientistas sociais tentam responder com a cultura, e reforça que “apesar de os seres humanos responderem ao meio ambiente de várias maneiras, poucos estímulos baseiam-se na biologia do indivíduo e ultrapassam os limites de sua cultura” (TUAN, 1980 p. 285), onde o valor, a atitude e a percepção atribuído ao meio ambiente são fortemente afetados pelos padrões culturais da sociedade (TUAN, 1980 p. 285). O mesmo autor ainda cita que “a visão de mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo” (TUAN, 1980, p. 91).

Os meios pelos quais os seres humanos respondem ao meio ambiente podem variar, desde a apreciação visual e estética até o contato corporal:

A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero, prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tática: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o locus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 106-107).

Ainda segundo Tuan (1980 p. 137):

As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes propiciam algo, mas os aspectos notados vão mudando à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder, mas continuam a surgir do meio ambiente: as facetas do meio ambiente, previamente negligenciadas são vistas agora com toda clareza.

Ainda de acordo com Tuan (1980, p. 4) “Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura”. O mesmo autor cita que “A atitude em relação ao meio ambiente muda com o aumento do domínio sobre a natureza e altera o conceito de beleza” (TUAN, 1980, p. 285).

Para que haja um entendimento dos “porquês” relacionados à importância da proteção ao meio ambiente, há a necessidade de que haja um planejamento capaz de envolver o indivíduo e a coletividade, fazendo-os sentirem-se pertencentes ao local. Para isso, a Educação Ambiental se torna uma boa ferramenta para responder às indagações individuais e coletivas, de forma que cada pessoa se perceba responsável, e haja de maneira ativa na resolução dos problemas concretos acerca do meio ambiente. Segundo Torres e Oliveira (2008, p. 230) “através da pesquisa voltada à percepção ambiental é possível identificar a

verdadeira relação existente entre o homem e a natureza e dessa forma elaborar uma importante base de dados para o planejamento e implementação da EA em UCs, e também em outras áreas protegidas”. De acordo com Reigota (2001, p. 20) “A compreensão das diferentes representações deve ser a base da busca de negociação e solução dos problemas ambientais”.

2.2 ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Brito (2000, p.20) “O pressuposto inicial que fundamentou a existência de áreas naturais protegidas em muitos países foi o de socialização do usufruto, por toda a população, das belezas cênicas existentes nesses territórios”. Segundo Santos (2011) citado por Tozzo e De Marchi (2014, p. 509) as áreas naturais protegidas “[...] são essenciais para manter o equilíbrio dos biomas, ecossistemas e nichos ecológicos do planeta em quaisquer lugares, a fim de garantir a conservação e preservação das espécies, nativas ou endêmicas, residentes ou migratórias da fauna e flora”. Medeiros (2006, p. 43) cita que: “O Brasil foi um dos países que mais tardiamente sucumbiu à onda internacional de criação de Parques, após a iniciativa americana de 1872”, onde a criação deste último, de acordo com Brito (2000, p. 19) “[...] é considerado um marco no estabelecimento de áreas naturais protegidas no mundo”. No Brasil, “[...] os registros históricos indicam que tanto a coroa portuguesa quanto o governo Imperial empreenderam algumas iniciativas destinadas à proteção, à gestão ou ao controle de determinados recursos naturais” (MEDEIROS, 2006, p. 43). E segundo o mesmo autor “O principal objetivo era a garantia do controle sobre o manejo de determinados recursos, como a madeira ou a água, tal e qual já se praticava em algumas partes da Europa” (MEDEIROS, 2006, p. 43), ocorrendo nesse época, de uma certa forma, o surgimento da educação ambiental, através de artigos de brasileiros ilustres, de uma primeira legislação conservacionista já nesse século XIX e início do século XX e da existência de um persistente movimento conservacionista (BRASIL, 2005, p. 21-22). Segundo Brito (2000, p.54), por conta da extinção em 1834, do alvará que concedia à Coroa Portuguesa o monopólio do Pau-Brasil, deu-se início à devastação de áreas naturais em nosso país, “[...] que era justificada para a implantação de pastos e lavouras pertencentes aos donos de escravos, que possuíam grande influência política na época”. Quatro décadas após o início dessa grande devastação, em 1876, houve no Brasil a iniciativa por parte do engenheiro José Rebouças, inspirado na criação do Parque de Yellowstone em 1872, da criação de dois Parques Nacionais, sendo

considerado uma iniciativa pioneira no país, porém não vigorando no dado momento (MEDEIROS, 2006, p. 44-45). Mais tarde em 1911, já no período republicano, um grande marco para o país, foi segundo Medeiros (2006, p. 44-45) “[...] a publicação do ‘Mapa Florestal do Brasil’, o primeiro estudo abrangente feito em nosso país com uma descrição detalhada dos diferentes biomas e seus estados de conservação, tendo a intenção de subsidiar a criação de um conjunto de Parques Nacionais”. Segundo Medeiros (2006, p. 45) “Em decorrência de tal publicação, foram criados dois Parques Nacionais no então território do Acre, sendo a iniciativa tão avançada para o início do século no país, que os decretos caíram no total esquecimento e essas áreas nunca foram implementadas”.

Conforme destaca Medeiros (2006):

A fragilidade dos instrumentos e das instituições da recém-estabelecida República brasileira, ainda dominada pelas elites rurais, não eram suficientes para garantir a manutenção de tão ambicioso projeto de criação de áreas com regimes especiais de proteção em função dos seus recursos naturais. Foram necessários que mais de 20 anos se passassem até que um instrumento robusto fosse enfim editado e, finalmente, criasse plenas condições para garantir a existência do primeiro Parque Nacional brasileiro em 1937 (MEDEIROS, 2006, p.45).

Tais fragilidades da jovem república brasileira foram, de uma certa forma, amenizadas somente na década de 1930, quando as primeiras unidades de conservação começaram a ser estabelecidas, por iniciativa do governo federal, a partir de 1937, com a instituição do Parque Nacional de Itatiaia, nas montanhas da mata atlântica do Rio de Janeiro, objetivando conservar a paisagem ali existente (BRITO, 2000, p. 15 e 56; MEDEIROS, 2006, p. 45). Desde então, de acordo com Tozzo e De Marchi (2014, p. 510) “[...] houve um significativo acréscimo de Unidades de Conservação, bem como, inúmeras melhorias nas constituições e leis que regem os sistemas legislativos ambientais”, onde toda essa preocupação em se criar áreas naturais protegidas, reflete de uma forma implícita, o crescimento da educação ambiental. Nas décadas seguintes, mais precisamente na década de 1960, houve um aumento dos debates sobre os problemas causados ao meio ambiente, principalmente por conta da industrialização pós-guerra (TORRES; OLIVEIRA, 2008, p.230; PEGORARO; SORRENTINO, 1998, p.138), sendo que tais discussões foram impulsionadas principalmente por conta do lançamento em 1962 do livro intitulado “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, que denunciava fortemente os efeitos do uso de agrotóxicos sobre o meio (TORRES; OLIVEIRA, 2008, p.230), apesar de que de uma certa forma, a educação ambiental tenha surgido de uma forma implícita muito antes. De acordo com o Programa Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2005, p. 21), “os naturalistas, jornalistas,

escritores e estadistas muito antes já escreviam sobre a necessidade de proteção dos recursos naturais ou mesmo sobre a importância do contato com a natureza para a formação humana”. Porém, Pegoraro e Sorrentino (1998, p. 138) citam que “[...] é na década de setenta que o termo ‘Educação Ambiental’ começa a ser mais utilizado, sendo desde então, os debates referentes a questões ambientais difundidas, principalmente após a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, em 1972”. Em consequência a esta conferência, no Brasil, o governo federal em 1973, segundo Pegoraro e Sorrentino (1998, p.139) “[...] criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior e não ao de Agricultura”, tendo como parte de suas atribuições “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 2005, p. 22). Segundo Pegoraro e Sorrentino (1998, p.139) “A Educação Ambiental começa a ser melhor definida a partir de encontros como o de Belgrado em 1975 [...] e da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, Geórgia, em 1977”. Esta última, tida como a primeira conferência intergovernamental voltada para a educação ambiental, discutindo-se que a educação ambiental deveria atuar em todos os níveis da educação, tanto a formal, quanto a não-formal. Em decorrência à isso, ocorre no Brasil, o estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1981, através da Lei nº 6.938, que determinou a necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, e a constitucionalização, através do inciso VI do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 da necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988). Posteriormente, no final do século 21, em 1999, ocorre a criação da Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNea), e em 27 de abril do mesmo ano, aprovação da Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Segundo essa lei, entende-se por Educação Ambiental:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Segundo a PNMA (BRASIL, 1999) “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Segundo Naime e Garcia (2004, p.80) “A educação ambiental tem seu eixo fundamental nas práxis de novas atitudes em relação aos problemas ambientais”. De acordo

com Sorrentino et al. (2005, p.288), a Educação Ambiental acaba nascendo como “[...] um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza”. Ainda, segundo os mesmos autores, a Educação Ambiental “deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais” (SORRENTINO et al., 2005, p.288).

Um das consequência do aumento dos debates acerca da Educação Ambiental e dos problemas ambientais, que objetivava e ainda objetiva tentar barrar a consequência da influência humana sobre os ambientes naturais, foi a instituição pelo governo brasileiro, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. De acordo com Medeiros (2006, p. 56), a criação do SNUC foi a realização de uma ambição surgida na década de 1970 e que viria a definir os critérios e os objetivos para a criação e gestão de algumas tipologias e categorias de áreas protegidas que antes se encontravam dispersas em diferentes instrumentos legais. Através da instituição do SNUC, no art. 2º, inc. I, da referida lei, definiu-se as unidades de conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Com o objetivo de potencializar o poder das Unidades de Conservação, passou a existir 12 categorias das mesmas, divididas em dois grupos: as de Proteção Integral, objetivando a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, e as de Uso Sustentável, que objetivam basicamente compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). Segundo Brito (2000, p.16) “Muitas das unidades brasileiras são consideradas, por exemplo, ‘ficções jurídicas’, unidades que não saíram do papel”, o que justifica, de uma certa forma, os fortes impactos que vem ocorrendo nas unidades de conservação, sendo reforçado também pelo fato de haver brechas em leis que amparam tais unidades, corroborando assim, com a colocação de Brito sobre ‘ficções jurídicas’.

2.3 O PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZENBERGER

O ideia de transformar o atual do Parque Estadual José Lutzenberger em um local de preservação, surgiu na década de 1950, através da ideia da implementação de um parque (PEREIRA, 2016, p. 72), sendo que de acordo com Matos (2006) citado por Pereira (2016, p.72) “Por meio de decretos estaduais, o governo do Estado do Rio Grande do Sul tinha a intenção de ‘preservar uma área natural de extrema beleza’”, apesar de que, segundo Pereira (2016, p.72) “[...] foi somente na década de 1970 que ocorreram a desapropriação da área e a confecção de um projeto para criação do parque”.

O início da execução do Parque Estadual José Lutzenberger se deu com a promulgação do Decreto Estadual 21.540, de 28 de dezembro de 1971, tendo como um dos grandes incentivadores e colaboradores, o agrônomo e ambientalista, José Lutzenberger. Pereira (2016), que em seu trabalho analisou os documentos do arquivo privado de José Lutzenberger, transcreve um relato do mesmo:

O governo pediu a Burle Marx, o arquiteto paisagista que projetou o Parque Del Este, para projetar um grande parque turístico em Torres, nossa melhor praia. Eu consegui convencê-los de que antes de deixar Marx fazer seus planos, lá deveria haver um exame biológico da área, então o parque poderia ser projetado com o máximo de respeito pelas comunidades bióticas locais. Eles me deram o contrato para esse trabalho. Com um grupo de botânicos, geólogos e zoólogos da universidade local eu fiz esse exame. Eles ficaram muito satisfeitos com o meu relatório e Marx projetou um parque usando somente elementos locais sem movimentação de terra, apenas umas poucas concessões de concreto. A maior parte da área será deixada absolutamente intacta e protegida a partir de agora. (LUTZENBERGER, 25/09/1972, APJL, citado por PEREIRA, 2016, p. 73-74).

Nota-se então, a grande preocupação que José Lutzenberger tinha com o local, e a importância de seus trabalhos na área do Parque, visto que, posteriormente, de acordo com Pereira (2016), José Lutzenberger:

[...] ficou encarregado da obra após o governo do estado ter desistido do projeto inicial, do famoso paisagista Burle Marx, considerado muito oneroso. Lutzenberger, que já havia realizado um levantamento biológico e geológico do local, ofereceu-se para a empreitada. Propôs algo diferente de Burle Marx, a partir de sua concepção ético-ecológica: para ele, a paisagem do parque deveria dialogar com os elementos naturais ali presentes (PEREIRA, 2016, p.70).

As ações realizadas por José Lutzenberger reforçam, tanto a sua grande importância na história do Parque, quanto sua importância como fonte de inspiração para outras ações de proteção ambiental, podendo-se inferir que, sem a intervenção e o empenho de José Lutzenberger, provavelmente não teríamos nos dias atuais a conservação de aspectos únicos do Parque, e consequente não teríamos como usufruir da beleza que eles nos oferecem.

O Parque passou a integrar uma Unidade de Conservação, através da lei nº 3373, de 07 de dezembro de 1999, do poder legislativo do município de Torres, onde foi criada e delimitada a Área de Proteção Ambiental (APA) Guarita-Itapeva, que unia o atual Parque Estadual José Lutzenberger, com o atual Parque Estadual de Itapeva (RIO GRANDE DO SUL, 2013, p. 9), devendo a prefeitura municipal cadastrá-la no SEUC (Sistema Estadual de Unidades de Conservação) do estado do Rio Grande do Sul, em um prazo máximo de 01 ano, a partir da publicação da lei de criação da APA. Com a criação da Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), o SEUC se adaptou à nova lei, devendo as Unidades de Conservações criadas anteriormente ao SNUC, se adaptarem também, salvo raras exceções onde as Unidades de Conservação apresentarem algumas particularidades (RIO GRANDE DO SUL, [ca. 2018], p. 1).

Porém, a APA não foi implantada pelo município, sendo criado o Parque Estadual de Itapeva, através do Decreto Estadual nº 42.009/2002, em sobreposição parcial à APA não implantada pelo município (RIO GRANDE DO SUL, 2013, p. 9). Logo, o Parque Estadual José Lutzenberger, atualmente não corresponde a uma unidade de Conservação, com base na Lei Federal nº 9.985/2000 - lei do SNUC, tratando-se então, de um Parque Estadual Turístico (RIO GRANDE DO SUL, 2013, p. 2-3).

Em 2003, o Parque teve seu nome alterado oficialmente para “Parque Estadual José Lutzenberger”, através da Lei Estadual nº 11.884, de 02 de janeiro de 2003 (RIO GRANDE DO SUL, 2003, p. 1), em homenagem a um dos grandes incentivadores de sua criação e implementação, o agrônomo e ambientalista, José Lutzenberger (1926-2002). Porém, muitas pessoas continuam a chamar o local como “Parque da Guarita”, devido ser este o nome antes da lei 11.884/2003.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa quanto a natureza, baseia-se na análise de conteúdo, com uma metodologia quanti-qualitativa, do tipo exploratória, de levantamento, descritiva e de campo. Quanto a amostragem, a mesma foi definida como não probabilística, pois não teve o objetivo de extrapolar os dados para a população inteira de visitantes do parque.

Segundo Minayo (2002, p.22) “a diferença entre quantitativo e qualitativo é de natureza, enquanto que o primeiro se refere a fenômenos geralmente visíveis, captáveis em equações, médias e estatísticas, a segunda se refere a fenômenos referentes ao mundo dos significados das ações e relações humanas”, onde segundo Bardin (1977, p.115), a análise qualitativa “[...] corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses”, podendo assim, trazer uma nova visão, um novo questionamento sobre as problemáticas sociais (GROULX, 2008 p.102).

Segundo Goldenberg (2004, p.62) “[...] a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança de que seus dados não são produtos de um procedimento específico ou de alguma situação particular”. Ainda segundo Goldenberg (2004, p.63) “A pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente”, reforçando Minayo (2002, p. 22), que “[...] elas não se opõem, ao contrário, elas se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interagem dinamicamente”.

3.1 TIPO DE PESQUISA

As pesquisas exploratórias têm como objetivo formular e proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir e/ou desenvolver hipóteses, objetivando assim, o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002, p.41; LAKATOS; MARCONI, 2003, p.188), visando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 1994, p.44; LAKATOS; MARCONI, 2003, p.188). Ainda segundo Gil, “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas como objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de

determinado fato” (1994, p.44), e “[...] é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 1994, p.45).

Segundo Gil (2002, 1994, p.42 e p.28) “Em relação às pesquisas descritivas, as mesmas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, sendo que segundo o mesmo autor (GIL, 2002, p.42 e 1994, p. 28) “há inúmeros estudos que podem ser classificados como descritivos, havendo, porém, a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, como o questionário e a observação sistemática, como uma das características mais significativas entre eles”. Gil (2002, p.42) cita ainda que há pesquisas que “embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias”.

Em relação à pesquisa de campo, Lakatos e Marconi (2003, p.186) citam que “[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”, sendo que segundo Gil (2002, 1994, p.53 e 57) “o mesmo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”. No que se refere à observação e ao foco, Gil (2002) ainda comenta que:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p.53).

Ou seja, a pesquisa de campo, segundo Gil (2002, p.53) “[...] é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”.

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Foram entrevistados um grupo de 20 pessoas, 10 deles dentro da área do Parque de forma aleatória, no período matutino do primeiro sábado do mês de julho de 2018, e o restante ocorreu fora da área do parque, mas com pessoas que eram frequentadoras do mesmo, durante o restante do mês de julho.

A escolha do número de 20 pessoas, como sendo o número de indivíduos a serem pesquisados, foi em função do caráter perceptivo e subjetivo da pesquisa, sem o objetivo de extrapolar os resultados para uma população, visto que o objetivo principal foi apenas caracterizar o grupo selecionado.

3.3 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado no Parque Estadual José Lutzenberger (Figura 1), conhecido popularmente como Parque da Guarita, pertencente ao município de Torres, localizado no extremo norte do litoral do Rio Grande do Sul, na divisa com o estado de Santa Catarina.

Figura 1-Foto aérea do Parque Estadual José Lutzenberger.



Fonte: TORRES (2018)

O Parque possui uma área com cerca de 350 hectares, incluindo a praia da Guarita, os morros, banhados, lagos, dunas e fragmentos de mata nativa (BALTAZAR, CANELLA E GOMES, 2015, p. 2; TORRES, 2018), sendo constituído essencialmente por ecossistema costeiro, e com a criação de áreas reproduzindo outros ecossistemas da região durante a sua implantação (TORRES, 2018). Essa diversidade de ecossistemas que existe no Parque, influencia na diversidade de fauna do local, pois de acordo com estudos realizados por Baltazar, Canella e Gomes (2015, p. 2), o Parque possui uma considerável diversidade, como “[...] espécies representadas em diversos grupos, tanto de vertebrados (Tuco-Tuco, Coruja Buraqueira, Cágados, Teiú, Sapo Cururu) quanto de invertebrados (Borboletas, Caramujos, Mariscos e Caranguejos)”. No que se refere à diversidade florística do Parque, segundo estudos realizados por Baltazar, Canella e Gomes (2015, p. 2) “O Parque está inserido no Bioma Mata Atlântica e apresenta em sua composição uma mata de restinga com predominâncias em herbáceas e arbustos, com algumas espécies arbóreas, entre as quais pode-se citar a Aroeira, Araçá, Quaresmeira e Capororoca”.

O município onde o Parque localiza-se recebeu esse nome devido às três grandes formações geológicas de origem vulcânica situadas à beira mar: a torre norte - Morro do Farol, a torre do Meio - Morro das Furnas, e a torre sul - Morro da Guarita, originárias do mesmo derramamento vulcânico que deu origem à Serra Geral. Os dois últimos citados são pertencentes ao Parque Estadual José Lutzenberger, e segundo Baltazar, Canella e Gomes (2015, p. 2) a pedra da guarita “[...] tem sua base formada por arenito (Arenito Botucatu) e, seu ápice, por basalto.”

Como já citado nesse trabalho, o início da execução do Parque Estadual José Lutzenberger se deu com a promulgação do Decreto Estadual 21.540, de 28 de dezembro de 1971, tendo como um dos grandes incentivadores e colaboradores, o agrônomo e ambientalista, José Lutzenberger, que segundo Horn e Dias (2009, p. 1871) “[...] realizou um trabalho ecológico-paisagístico, objetivando a valorização da flora endêmica, na época bastante devastada, e o desenvolvimento de um processo de implantação que explorasse as respostas espontâneas da natureza”, sendo para isso, realizados procedimentos como:

Recuperação do solo; produção de húmus no próprio local, por meio de processos de compostagem; aproveitamento de vertentes naturais na formação dos oito lagos; recuperação das dunas contribuindo para a preservação da fauna, atraindo espécies de pássaros e outros pequenos animais (HORN e DIAS. 2009, p. 1871).

José Lutzenberger deu grande importância a um paisagismo mais ecológico, ao mesmo tempo em que respeitou e valorizou as características belas e naturais da área, frente ao fato de que o governo do estado do Rio Grande do Sul já havia dado início (e interrompido

as obras) de um grande projeto arquitetônico visando a construção de um parque turístico, em que o projeto arquitetônico não havia respeitado o levantamento biológico e ecológico da área feito por Lutzenberger a pedido do próprio Estado (GOLDSCHMIDT, 2006, p. 1).

3. 4 MÉTODO DE COLETA DE DADOS

Para o procedimento de levantamento de dados, foram aplicados questionários que consistiram de perguntas abertas, onde solicitou-se que o entrevistado desse a sua própria resposta, e fechadas, onde pediu-se para os entrevistados selecionarem uma das alternativas apresentadas, incluindo dentro dessas últimas, questões de múltipla escolha. Segundo Gil:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (1994, p.121).

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.201), “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”, e segundo Gil (2008, p. 121) “Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto aplicados”. Porém, ainda segundo Gil (2008, p.121) “há as questões que são formuladas oralmente pelo pesquisador, podendo-as ser designadas como questionários aplicados com entrevista ou formulários”. Os questionários aplicados (Apêndice A), consistiram de uma mescla de questionários descritos pelos autores acima citados, pois 7 consistiram de questionários respondidos sem a presença do entrevistador, 5 consistiram de questionários formulados oralmente pelo entrevistador, e os demais consistiram de questionário auto aplicados, mas com a presença do entrevistador. Os questionários consistiram de 14 perguntas, além de uma breve identificação dos entrevistados, que consistiram de perguntas sobre o “Sexo”, “Idade”, “Município de Residência”, “Escolaridade” e “Profissão” dos mesmos.

3. 4. 1 Aplicação da Metodologia de Coleta de Dados

Para a obtenção da autorização de pesquisa no Parque, e consequentemente a de aplicação dos questionários, houve alguns passos a serem realizados previamente, como:

Este projeto de pesquisa foi encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo – SMAURB, de Torres-RS, para as devidas aprovações de realização deste estudo no Parque Estadual José Lutzenberger, como indicado pelo Anexo B, que é o protocolo de pedido para a realização desta pesquisa.

Posteriormente às devidas aprovações na Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo – SMAURB, de Torres-RS, este presente projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos – CEP, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, sendo aprovado pelo mesmo, através do parecer nº 2. 749. 538 (Anexo C), que é o parecer dado pelo CEP-UNESC.

Com todas as devidas autorizações, o próximo passo, foi a coleta de dados, através da realização das entrevistas semiestruturadas, como indicado pelo Apêndice A. A coleta de dado se deu durante o primeiro sábado, no período matutino, do mês de julho de 2018. Logo após a realização das coletas de dados, foi feita a análise e a interpretação dos mesmos, durante os meses de agosto e setembro e outubro.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Tendo em mente o problema de pesquisa e os objetivos propostos para este presente trabalho, a qual buscou conhecer a percepção ambiental dos visitantes do parque, a partir da análise e interpretação dos questionários respondidos, mostramos nesse capítulo, os resultados obtidos com a pesquisa.

Referente à análise dos dados, para as respostas das perguntas abertas, utilizou-se a “Análise de Conteúdo” de Bardin (1977), onde as respostas consideradas semelhantes foram agrupadas em categorias que sintetizavam as respostas. Já para as questões fechadas, os resultados foram analisados através da porcentagem e frequências obtidas, fazendo-se uma análise mais simples do que a análise de conteúdo.

Este capítulo é estruturado em duas partes: a primeira corresponde ao capítulo 4.1, onde se apresenta a identificação do perfil dos entrevistados, e a outra corresponde ao capítulo 4.2, onde se analisam e interpretam os dados obtidos com os questionários, a partir de categorias estabelecidas.

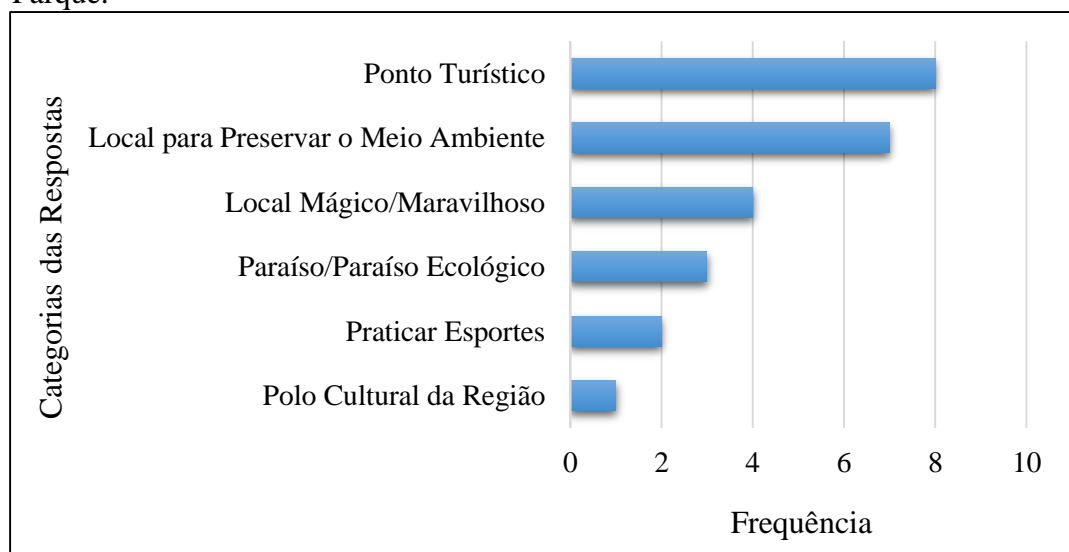
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Entre os visitantes pesquisados, notou-se que o gênero masculino foi representado com 60% dos entrevistados (12 indivíduos) e o feminino por 40% (8 indivíduos). Porém, é necessário lembrarmos que a presente pesquisa não teve o objetivo de extrapolar os dados para a população inteira de visitantes, e também pelo fato de que a mesma foi realizada parte dela, dentro do Parque, durante o período matutino, que corresponde muitas vezes a um período em que muitos dos visitantes estão impossibilitados de realizar a visita, pela ocupação trabalhista dos mesmos. Em relação à idade dos entrevistados, notou-se um perfil mais maduro dos mesmos, com uma maioria na faixa entre 41 a 50 anos (40%=8 indivíduos), seguido da faixa de idade superior aos 50 anos (25%=5 indivíduos), 31 a 40 anos e 19 a 30 anos com 15% cada (3 indivíduos cada), seguido de um indivíduo com menos de 18 anos (5%). Em relação ao nível de escolaridade, observou-se que metade dos entrevistados possuem ensino superior (50%-10 indivíduos), seguido de ensino médio completo (15%=3 indivíduos), ensino fundamental completo (15% = 3 indivíduos) técnico (10%=2) e ensino fundamental incompleto (10%= 2 indivíduos).

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

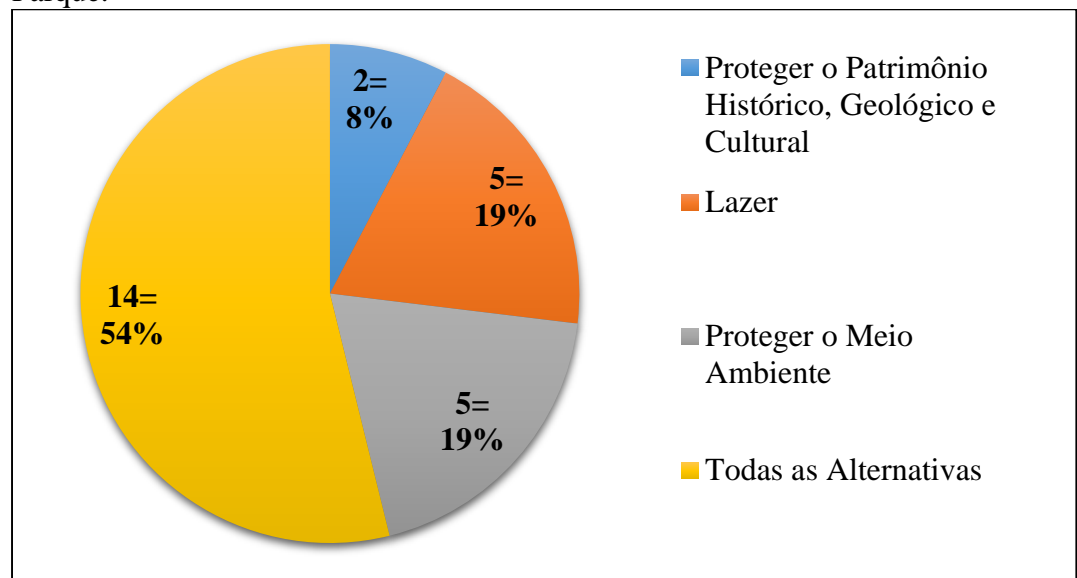
Em relação às duas primeiras perguntas do questionário (sendo a primeira uma pergunta aberta, onde as respostas foram categorizadas, e a segunda sendo uma pergunta fechada, com alternativas de múltipla escolha), que discutiram respectivamente o significado (Figura 2) e a função (Figura 3) do Parque Estadual José Lutzenberger para os entrevistados, observa-se que:

Figura 2 – Gráfico representativo da opinião dos entrevistados sobre o que é o Parque.



Fonte: Da Autora (2018).

Figura 3 – Gráfico representativo da opinião dos entrevistados sobre a função do Parque.



Fonte: Da Autora (2018).

*Os números reais referem-se à frequência de cada alternativa assinalada.

Apesar de ambas perguntas serem semelhantes, e de as mesmas se situarem sequencialmente, em certas respostas não obtivemos a colocação de alternativas da segunda pergunta (fechada) nas respostas primeira (aberta), e que apesar de haver a opção “*todas as alternativas*”, e de a mesma ser a mais assinalada na segunda pergunta, as demais respostas mais destacadas corresponderam de uma certa forma às respostas descritas na primeira questão, que foram “*Proteger o ‘Meio Ambiente’*” e “*Lazer*”.

Em relação à primeira questão, notou-se que a alternativa “*Ponto Turístico*” foi a mais destacada, podendo-se inferir que esse fato se deu em parte pela grande divulgação sobre o Parque como um ponto turístico, principalmente durante o período de veraneio, por conta principalmente do local para banho. De acordo com Lobo (2008, p.67), “Os recursos naturais estão entre as mais tradicionais ofertas de atividade turística em todo o mundo”. Segundo Tuan (1980, p.110), “O turismo tem uma utilidade e beneficia a economia, porém não une o homem à natureza”, logo, podemos inferir, baseando-nos nessa citação de Tuan, que apenas o turismo não é o suficiente para o processo de educação ambiental, apesar de muitos dos entrevistados realizarem turismo ecológico no local por conta das belezas naturais, o que será mais discutido adiante. Podemos conceituar “turismo ecológico” como:

[...]deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivados pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno. Neste sentido, pode ser também chamado de Turismo de natureza, ou Turismo Verde (BENI, 2002, p.9).

Diante da citação de Tuan, afirmando que o turismo auxilia a economia, mas não une o homem à natureza, e da citação feita por Beni, definindo o ecoturismo, temos ainda Filetto e Macedo (2015, p.17) que citam que “[...] o ecoturismo ajuda a educar o público em geral com relação a questões conservacionistas e cria uma aliança entre negócios e conservação”. Ainda de acordo com Filetto e Macedo (2015, p. 19), a atividade ecoturística deve “[...] levar em consideração um planejamento adequado para o local, que contribuirá para a diminuição dos impactos negativos e da geração de impactos positivos”, para assim, não acabar por apenas auxiliar a economia, esquecendo-se da união homem x natureza. Lobo também cita a importância do ecoturismo na conciliação entre negócios e conservação:

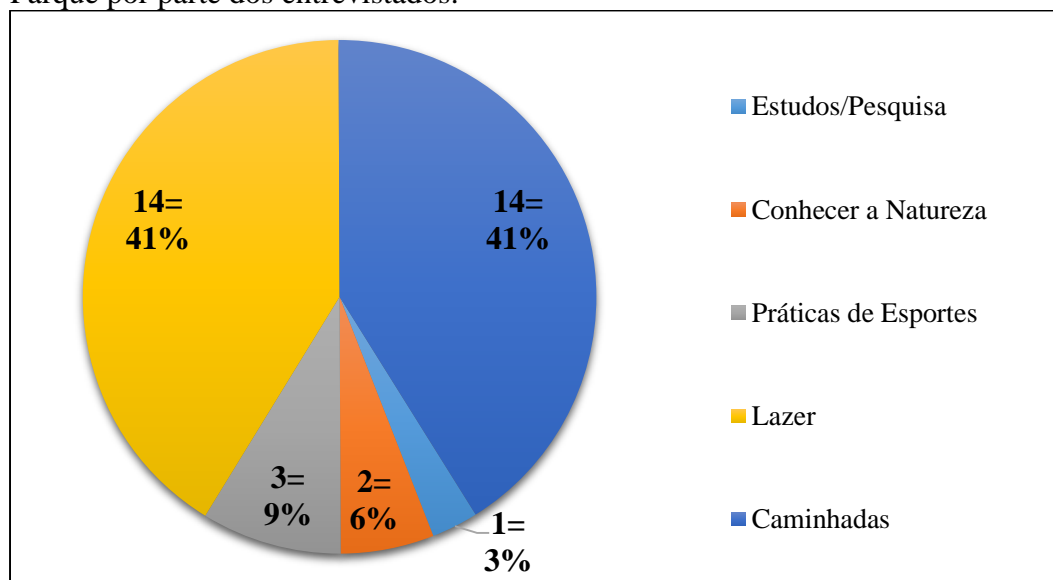
As áreas naturais protegidas vêm se destacando como uma importante ferramenta estratégica de conciliação de interesses diversos, que vão da conservação de fragmentos representativos dos recursos naturais, ao uso antrópico classificado como sustentável, onde se insere o ecoturismo (LOBO, 2008, p.67).

No trabalho feito por Lobo (2008, p. 68) no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, caracterizado por possuir como principais atrativos naturais cavernas, “[...] o ecoturismo está entre as mais relevantes fontes de geração de emprego e renda para as comunidades no entorno do parque [...]”, logo, tal fato pode ser comparado com o que ocorre com o Parque José Lutzenberger, pois o mesmo é um dos principais pontos turísticos da cidade, o que incrementa a circulação de turistas, gerando assim um aumento no número de empregos, principalmente na temporada de veraneio. Porém, pelo fato do Parque José Lutzenberger não se enquadrar em nenhuma categoria de unidade de conservação do SNUC, e de o mesmo não possuir um plano de manejo, a atividade de ecoturismo, tão importante para a conciliação negócios x conservação, acaba se tornando um risco para a área, se não houverem fortes ações de fiscalização no local. Tal fato é notado no trabalho de Lobo (2008, p.68): “a falta de um plano de manejo das cavernas, ainda prejudica a atividade de ecoturismo, principalmente pela falta de uma diretriz legal que ampare as ações de uso sustentável do patrimônio natural da UC”.

Em relação a alternativa da primeira questão (O que é?) “*Local para preservar o meio ambiente*”, que foi a segunda mais destacada, e em relação à alternativa da segunda questão (Função) “*Proteger o Meio Ambiente*”, que foi a segunda mais destacada (após a alternativa ‘Todas as alternativas’), podemos inferir que um dos fatos que corroborou para isso, foi a divulgação do local como de extrema importância para a conservação, principalmente por parte de ONGs, ambientalistas e simpatizantes, muitas vezes atrelado ao “Turismo Ecológico”, ao “Turismo Consciente”, tendo a finalidade de chamar a população para perto do que se deseja proteger, e assim fazer com que a população se sinta parte, e também tenha a vontade de ajudar em tal processo. Assim, podemos inferir que, “*Ponto Turístico*” e “*Local para preservar o meio ambiente*” estão relacionados, pois de uma certa forma, o lazer destacado pelos entrevistados, é muito relacionado ao fato da área ser diferenciada do centro urbano, sendo um local diferenciado para se estar podendo-se ser realizado o “Turismo Ecológico”, e sendo assim, necessário protegê-lo. Nesse ponto, também podemos destacar as alternativas como “*Paraíso/Paraíso Ecológico*”, “*Lugar Mágico/Maravilhoso*”, “*Praticar Esportes*”, “*Polo Cultural da Região*” (alternativas da primeira questão) e “*Proteger o Patrimônio Histórico, Geológico e Cultural*” que mostram a grande afeição por parte dos entrevistados pelo Parque, muito devido ao que já foi comentado, que é o fato da área ser diferenciada do centro urbano, possibilitando assim desfrutar de seus atributos.

Tendo a relação entre a “*função*” com “*o que é*” o Parque, podemos relacioná-la com a pergunta seguinte (Figura 4), pois muitos dos motivos relatados em tal questão, se relacionam com a descrição, por parte dos entrevistados, das respostas das duas primeiras questões abordadas.

Figura 4 – Gráfico da representatividade das categorias de motivo de visita ao Parque por parte dos entrevistados.



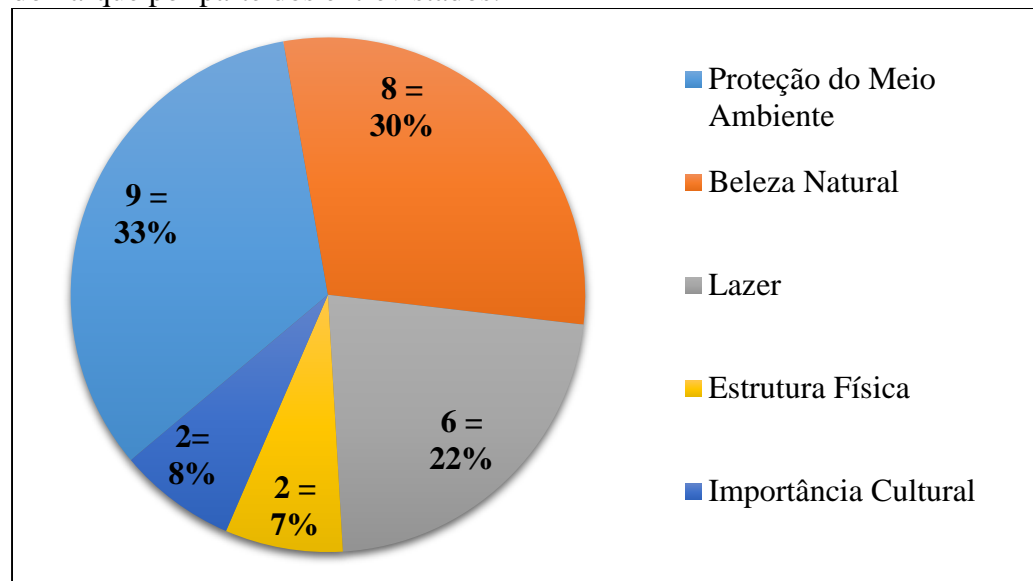
Fonte: Da Autora (2018).

*Os números reais referem-se à frequência em que cada alternativa foi assinalada pelos entrevistados.

Podemos relacionar os motivos da visita mais destacados, que foram “*Caminhadas*”, podendo-se inferir ser devido ao fato de o local oferecer meios para tal, como trilhas e estradas, “*Lazer*” provavelmente devido ao “*Turismo Ecológico*”, tema já discutido nas questões anteriores, “*Práticas de Esportes*”, devido ao fato de haver no Parque locais para a realização das mesmas, como a praia para prática de *surf*, ciclovias para práticas de pedaladas, locais para práticas de *slackline* e etc., com o “*Turismo Ecológico*” e com o diferencial desta área natural para com a cidade, relacionando assim, tais motivos com as das duas primeiras questões. De acordo com um estudo feito por Carneiro, Costa e Crompton (2006, p. 114) analisou-se a motivação de visitantes do Parque Nacional da Peneda-Gerês em Portugal, as principais motivações relatadas foram: Descansar, Aprender/alargar os conhecimentos, Conhecer pessoas novas, Contatar residentes locais, Evitar responsabilidades/descansar a mente, Mudar para um ambiente diferente/ter experiências novas, Ver um local específico, Ter paz e calma/estar longe das multidões, Estar com amigos/desenvolver amizades, que de uma certa forma, em algumas das motivações corroboraram com as obtidas com os visitantes do Parque José Lutzenberger.

Logo, analisando as questões anteriores, podemos inferir que referente aos motivos que levam as pessoas ao Parque, há aspectos do mesmo que podem interferir de alguma forma na visão geral do mesmo, sejam eles positivos e/ou negativos, podendo interferir na visitação. Referente à pergunta destacada na Figura 5, todos responderam que sim, há aspectos positivos, sendo que para cada “sim”, pediu-se para ser descrito tal motivo, sendo os mesmos categorizados, como destacado a seguir:

Figura 5 – Gráfico da representatividade de categorias sobre os aspectos positivos do Parque por parte dos entrevistados.



Fonte: Da Autora (2018).

*Os números reais referem-se à frequência em que cada categoria foi citada pelos entrevistados.

Através dos dados do gráfico, podemos inferir que “*Proteção do Meio Ambiente*” foi o mais destacado devido a este envolver o ambiente natural, sendo tal valorizado muito devido ao fato da não urbanização no local, como já discutido em questões anteriores e como notado pelo fato de “*Beleza Natural*” ter sido o segundo ponto positivo mais destacado, garantindo uma bela visão do mesmo, trazendo um diferencial à urbanização que vem ocorrendo cada vez mais na região, sendo que podemos destacar a seguinte citação de Tuan (1980, p.108) onde: “A beleza é sentida, como o contato repentino com um aspecto da realidade até então desconhecido; é o contrário do gosto desenvolvido por certas paisagens ou o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem”, onde no caso do Parque, o mesmo se torna a própria realidade desconhecida por cidadãos do meio urbano. Segundo Tuan (1980, p.110) “Na vida moderna, o contato físico com o próprio meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais”, podendo-se assim, relacionar o “*Lazer*” como um destaque indireto da “*Beleza natural*”, podendo esse fato ser reforçado pelo fato de acordo

com Tuan (1980, p.110-111) “Fora da decrescente população rural, pois a mesma conhece a natureza porque ganha a vida com ela, o envolvimento do homem tecnológico com a natureza é mais recreacional do que vocacional”, exemplificando-se com as seguintes respostas:

“Natureza, sem construção, ambiente bem natural”; “Estar em contato com a natureza”; “Beleza exuberante”; “Beleza Natural; “Nos dá uma bela vista e um lindo local onde podemos passear com nossa família e amigos” e “Nos proporciona um belíssimo passeio”.

Frente aos aspectos positivos do Parque, que obtiveram 100% de destaque, quando perguntados *“Em sua opinião, há aspectos negativos no Parque?”* obtivemos 55% (11) de entrevistados que acreditam não haver aspectos negativos, mas em contrapartida, 45% (9) assinalaram que sim, há aspectos negativos no Parque. Notou-se que, os aspectos negativos descritos foram destacados em geral a aspectos relacionados à gestão do local, não fazendo referência direta à diversidade, apenas a atividades que poderiam de alguma forma impactá-la, o que de uma certa forma, reforça a importância dos visitantes para com o Parque, como podemos destacar:

“Má conduta de visitantes”, pelo fato de visitantes jogarem lixo no chão, como citado por um dos entrevistados, sendo que o próprio entrevistado comentou que, ao ver tal conduta dos mesmos, conversou com eles, explicando que o correto seria o descarte do lixo em lixeiras, sendo que, após a tal conversa, os visitantes eram solícitos, e faziam o descarte correto.

“Segurança”, principalmente para mulheres, como citado por um dos entrevistados, sendo necessário a melhor iluminação do local.

“Cobrança”, pelo fato de que veículos com emplacamento de fora do município de Torres terem que pagar uma taxa para entrarem no Parque, como citado por um dos entrevistados.

“Limpeza”, sendo citado por um dos entrevistados a necessidade de mais lixeiras. Nesse ponto, podemos relacionar tal aspecto com a *“má conduta de visitantes”*, onde mostra-se a maior necessidade de atenção com o descarte correto de lixo no interior do Parque.

“Infraestrutura”, sendo citado por um dos entrevistados como deficiente, principalmente pelo fato de não se ter uma estrutura física que *“chamasse o povo”* para junto do Parque, ajudando assim a fazê-los sentirem parte do local;

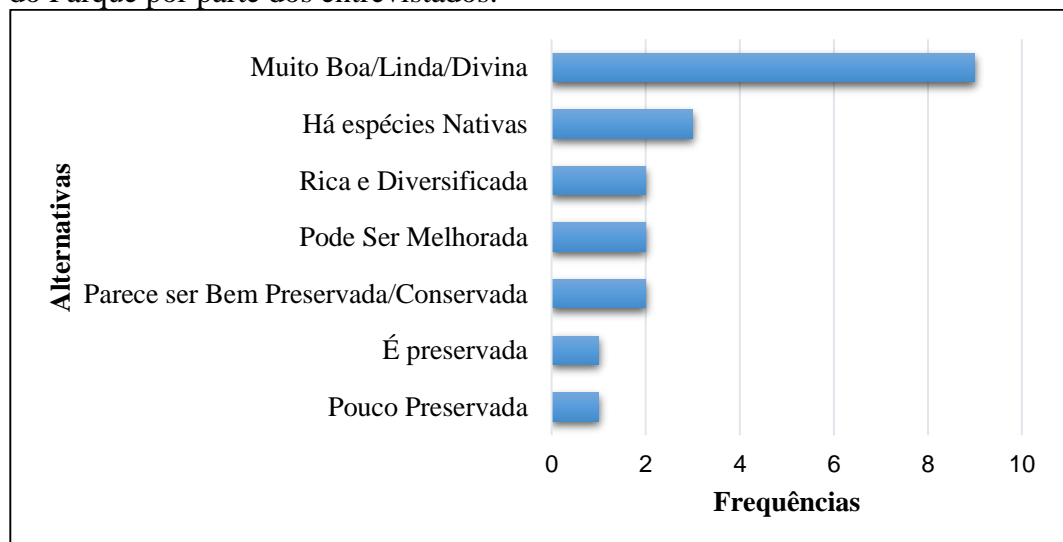
“*Administração*”, sendo citado a falta de vontade pela administração do Parque de resolver problemas no local, ou da necessidade de a mesma demonstrar mais importância com o mesmo. Este motivo, de alguma forma, engloba os demais citados acima, pois os mesmos são de responsabilidade da administração do Parque, que fica a cargo do município de Torres.

Também foi citado o fato do Parque não ser uma Unidade de Conservação, sendo destacado por entrevistados a necessidade de proteger o local, para que as futuras gerações tenham a oportunidade de conhecer e usufruir do mesmo.

A partir da discussão feita entre os pontos positivos e negativos, podemos relacionar os mesmos com as discussões das três primeiras do questionário, onde discutiu-se o “Turismo Ecológico” e o ambiente diferenciado e protegido em relação ao ambiente urbano com a descrição de “O que é?”, “Função” e “Motivação de visita”, pois mostra uma grande preocupação dos entrevistados com o Parque.

Partindo para as questões referentes aos conhecimentos dos entrevistados sobre a diversidade do local, analisou-se em conjunto as questões abertas referentes à flora (Figura 6), fauna (Figura 7) e geologia (Figura 8), visto que de uma certa forma, encontram-se relacionados:

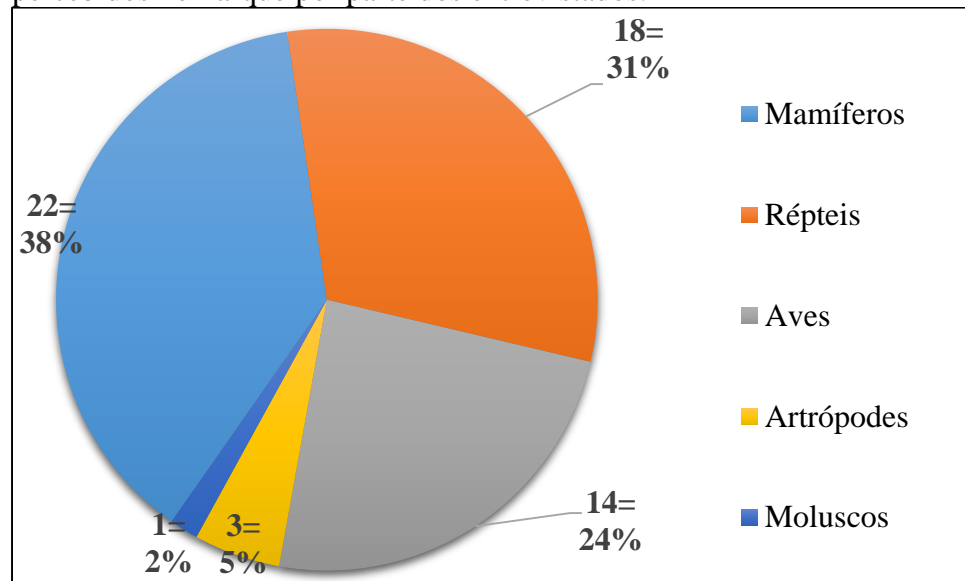
Figura 6 – Gráfico da representatividade de categorias sobre a visão da vegetação do Parque por parte dos entrevistados.



Fonte: Da Autora (2018).

*Os números reais referem-se à frequência em que cada categoria foi citada.

Figura 7 – Gráfico da representatividade de categorias sobre os animais percebidos no Parque por parte dos entrevistados.

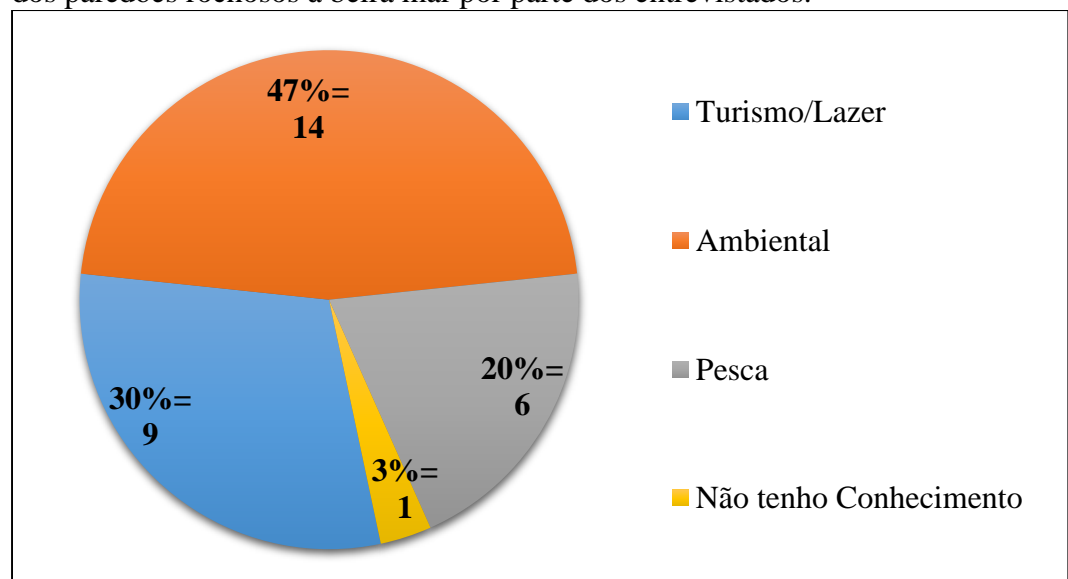


Fonte: Da Autora (2018).

*Os números reais referem-se à frequência em que cada categoria foi citada.

Quando perguntado em relação a importância dos paredões (FIGURA 8), enquadraram-se as respostas que de alguma forma relacionavam-se à questão ambiental, dentro da categoria “*ambiental*”, e respostas que de alguma forma relacionavam a beleza e a importância turística, dentro da categoria “*turismo/lazer*”, e as que relacionavam a importância para a pesca para o ser humano, dentro da categoria “*pesca*”.

Figura 8 – Gráfico da representatividade de categorias referentes a importância dos paredões rochosos à beira mar por parte dos entrevistados.



Fonte: Da autora (2018).

*Os números reais significam a frequência em que cada categoria foi citada.

Relacionando a questão da geologia, fauna e flora, de acordo com Buckley (2006) citado por Moreira e Hevia (2012, p.125) “[...] mais provavelmente as pessoas viajam para ver belezas cênicas que são essencialmente geológicas, do que para ver plantas e animais em particular”, entretanto, segundo Moreira e Hevia (2012, p.125) “[...] para muitas pessoas, as rochas não despertam a mesma atenção do que uma floresta ou animais, em virtude do movimento, coloração, sons e interação”, dependendo então, as questões geológicas, de acordo com Moreira (2014, p. 79) “[...] muito mais das explicações a respeito de suas origens e significado geológico para se tornarem atraentes”. Segundo Moreira e Bigarella (2008) citado por Moreira e Hévia (2012, p. 125) “Muitos turistas que não possuem conhecimentos sobre a geologia veem esses aspectos como um componente curioso e interessante da paisagem [...]”, podendo-se exemplificar tais componentes com o fato de que segundo Petry, Almeida e Zerfass (2005) “Torres faz parte da formação da Serra Geral, ocorrido há aproximadamente 180 milhões de anos, sendo o maior derramamento basáltico na superfície da Terra, ocasionado pela ruptura do continente Gondwana”, acreditando-se então, que antes da separação dos continentes, a área era unida à região onde hoje fica a cidade de Etendeka, na Namíbia, África, sendo os monumentos geológicos, únicos na costa gaúcha. Essa atração pela geologia do local, pode ser associado também à vegetação, visto que em partes encontram-se associados. Apesar do fato de que de acordo com autores, haver entre muitos turistas um certo desconhecimento sobre a geologia por parte de visitantes, neste estudo notou-se que de uma certa forma eles possuem conhecimentos sobre a importância dos mesmos, não em termos científicos, mas na linguagem coloquial, a linguagem do dia a dia, como podemos exemplificar com algumas das respostas:

“Contenção para um possível avanço das águas”, “Uma obra da natureza, que deve ser para conter o avanço das águas”, “Preservar a fauna e flora, proteção de ventos, acesso para pescaria...”, “Como espécie de barreira para mar e vento”, “Ótimo para formação de ondas para prática de surf e pesca”, “Talvez uma importância histórica, uma rocha que foi se formando e se desgastando com o tempo”,

Tal desconhecimento citado por autores para com a geologia de áreas de proteção, pode-se justificar com a citação de Moreira (2014, p.80), onde “[...] o que acontece muitas vezes é que muitas não possuem meios interpretativos, nem treinamentos específicos (para condutores, funcionários, etc.) que abranjam os aspectos do patrimônio geológico”, “sendo que tais meios interpretativos muitas vezes contemplam apenas com os aspectos da biodiversidade, esquecendo-se da geodiversidade” (MOREIRA, 2014, p. 80).

Toda essa atração, ou essa percepção mais expressada pela geologia e flora do Parque, pode ser justificado pelo fato de que ambos se encontram de uma certa forma mais “aparente”, e por se situarem em um primeiro plano quando se chega ao local, causando assim um maior impacto em nós, e isso pode ser justificado pelo fato de que de acordo com Tuan (1980) “[...] a visão é o sentido mais aguçado e evoluído nos animais, e a dependência de nós seres humanos com o mesmo”. Tal impacto da vegetação também pode ser justificado pelo fato de haver poucos remanescentes de vegetação no ambiente urbano, e pelo fato de que os mesmos são remetidos a um ambiente que traz bem-estar, como foi destacado em questões anteriores, podendo-se inferir que por conta disso, a vegetação se torna ainda mais impactante frente ao nosso sentido mais aguçado, mostrando-se de grande importância para os visitantes, sendo isso justificado por Lobo (2008, p.67) onde “A natureza, revalorizada pelo romantismo, tornou-se um produto cobiçado para as possibilidades de fuga do cotidiano agitado dos grandes centros urbanos”.

De acordo com Pegoraro e Sorrentino (1998, p.136) “Correntemente a valoração e a conservação da flora e da fauna têm sido associadas à necessidade do conhecimento das espécies e das particularidades dos ambientes que compõem”, porém, neste estudo, tendo em vista que não há estudo sobre levantamento a nível de espécie de fauna e flora do local, houve uma boa valoração dos mesmos, mesmo que em termos da linguagem coloquial dos entrevistados, mostrando que não necessariamente deverá haver um conhecimento a nível de espécies para a valoração e a conservação dos mesmos, pelo menos por parte da população, ambientalistas, órgãos não governamentais (ONGS), entre outros. Logo, essa grande valoração pode ser justificada, segundo Pegoraro e Sorrentino (1998, p. 136), pelo fato de que “[...] a diversidade de espécies, além de rico patrimônio natural, torna-se também rico patrimônio histórico-cultural.”, onde:

O não acesso a tais produtos limita e empobrece a formação do indivíduo, reduzindo, inclusive, suas possibilidades de compreender toda a extensão do que significa uma espécie e sua extinção, o que pode vir a interferir em sua postura ou posicionamento frente ao fato (PEGORARO; SORRENTINO, 1998, p. 136).

Logo, o acesso a tais produtos, que incluem os aspectos geológicos, pelo fato de os mesmos estarem ligados aos aspectos faunísticos e florísticos, pode ser uma peça chave no auxílio à proteção do local, visto que nós seres humanos temos a tendência de proteger aspectos quando elas fazem parte da nossa história de vida, ou da história do nosso povo, principalmente quando ela está atrelada à nossa cultura.

Diante de todo o exposto, quando perguntados “*Em sua opinião, é importante conservar o Parque da Guarita?*” notou-se que na opinião de todos é importante conservar, o

que de uma certa forma já se esperava, visto a grande valorização do local por parte dos entrevistados. Para cada “*sim*”, pediu-se o motivo, sendo notado um grande destaque por parte dos entrevistados, para o turismo/lazer, para a preservação das formas de vida existente no local e assim, para o usufruto das futuras gerações, e pela importância cultural/histórica do local, reforçando as discussões já feitas anteriormente, com a importância do ecoturismo, da proteção do meio ambiente e do lazer com a família por conta da sua diferenciação para com o meio urbano e a “fuga” do mesmo.

Diante de tais importâncias relatadas, isso nos remete a um dos pontos negativos citados na questão anterior, que é o fato de o Parque José Lutzenberger não ser uma Unidade de Conservação do ponto de vista do SNUC, pois:

Atualmente, o estabelecimento de Unidades de Conservação (UCs) é reconhecido, em nível global, como uma estratégia importante para a conservação *in situ* da biodiversidade, proteção do meio físico e preservação do patrimônio histórico-cultural associadas aos ambientes naturais e às populações que com eles se relacionam (BRESOLIN, ZAKRZEWSKI e MARINHO, 2010, p.104).

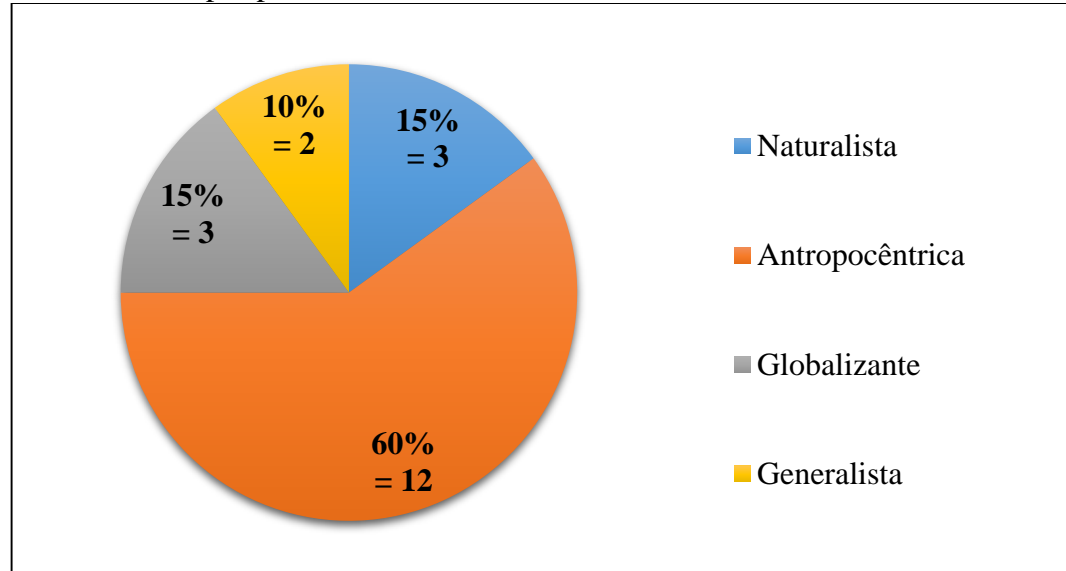
O estabelecimento de uma UC se mostra ainda mais importante pelo de prover um aparato legal, que é o plano de manejo, pelo fato de o mesmo ser:

[...] um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Ele estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, quando for o caso, os corredores ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais. (BRASIL, 2018).

Logo, transformar o Parque da Guarita em uma UC se mostra de grande importância, pelo fato de nos prover um aparato legal que nos dará o suporte para garantir nossos direitos de usufruir de um meio ambiente justo e equilibrado, garantidos pela constituição federal de 1988, lógico, se respeitadas e cumpridas o que dita o seu aparato legal, tanto pela administração, quanto pela população que usufrui do parque.

Em relação à pergunta final, questionou-se os entrevistados sobre o que é “meio ambiente”, onde obteve-se respostas que foram categorizadas de acordo com Reigota (1995), como mostrado na Figura 9:

Figura 9 – Gráfico da representatividade de categorias referentes à percepção de meio ambiente por parte dos entrevistados.



Fonte: Da Autora (2018).

*Os números naturais correspondem à frequência de cada categoria.

Referente à visão de meio ambiente identificado, baseando-se em Reigota (1995), classificou-se as respostas sobre percepção ambiental em três vertentes: Naturalista, segundo a qual o meio ambiente voltou-se apenas para aspectos da natureza, como por exemplo os animais, as matas e etc., excluindo o ser humano; Antropocêntrica, a concepção de que o meio ambiente voltou-se para aspectos em os mesmos eram úteis para o ser humano, e de que a percepção envolvia o ser humano como centro; e Globalizante, concepção voltada para aspectos em que envolviam uma relação entre o a sociedade humana e a natureza; Foi necessária a criação de mais uma categoria, a Generalista, que de acordo com as repostas, englobou tudo que existe, sem necessariamente estabelecer uma relação entre elas.

Notou-se que 60% (12) dos entrevistados tem uma visão em que o ser humano está relacionado de alguma forma. Segundo Naime e Garcia (2004, p. 84) “Meio Ambiente tem vários significados para pessoas e realidades diferentes”, e Tuan (1980, p.6) complementa que “[...] por mais diversas que sejam as nossas percepções do meio ambiente, como membros da mesma espécie, estamos limitados a ver as coisas de uma certa maneira”. Isso fica claro, nas respostas dos entrevistados no que diz respeito ao “meio ambiente”, muito pelo fato de a definição diferiu entre os entrevistados, corroborando com o que disseram Naime e Garcia (2004), mas se assemelhou no fato de que essas diferentes percepções partiram de uma percepção vista de uma certa maneira em sua maioria, com o ser humano como o centro,

corroborando com o que Tuan (1980) disse. Essa “certa maneira” de perceber o meio ambiente pelos entrevistados, partiu em sua maioria de uma visão antropocêntrica, de um ponto onde o ser humano de alguma forma está envolvido nas percepções, e para corroborar com isso, podemos citar Tuan (1980, p.34), onde o mesmo diz que “os seres humanos tem a tendência, individualmente ou em grupos, de perceberem o mundo com o ‘*self*’, como o centro, sendo tais traços humanos universais, apesar de que suas tendências variem grandemente entre os modificados e os grupos sociais”.

Para contrapor com os resultados obtidos neste estudo, sobre a percepção de “meio ambiente”, podemos citar Reigota (2001), que define meio ambiente como:

[...] o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (REIGOTA, 2001, p. 14).

Logo, percebe-se que, na visão de Reigota, o meio ambiente tem um lado Globalizante, o que difere deste estudo, onde as percepções categorizadas em Globalizante totalizaram 15% (3) indivíduos. Essa diferença pode ser justificada pelo fato de os indivíduos serem de realidades diferentes, e pode ser reforçada pelo relato de Naime e Garcia (2004, p. 84) “Meio Ambiente tem vários significados para pessoas e realidades diferentes”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de meio ambiente antropocêntrica, discutido na última questão, corrobora com a concepção de meio ambiente analisada nas demais questões, observando-se uma grande afeição por parte dos entrevistados com o Parque, pelo fato de o mesmo oferecer, através de seus recursos naturais, belas sensações e recompensas. Tal concepção, que na visão de muitos, é tida como algo não muito bom, principalmente pelo fato da grande degradação que vem ocorrendo por conta do ser humano se colocar acima da natureza (em uma visão antropocêntrica), nesse estudo é vista como algo que pode beneficiar o Parque, pois, tal concepção baseou-se em uma grande valoração e importância do mesmo. A grande afeição com o Parque, além da grande valoração dos recursos naturais, também foi observada na colocação como pontos negativos de, questões como o descuido de alguns visitantes e a gestão do mesmo, reforçando então, a importância e a afeição dos entrevistados.

Logo, é de grande importância que o Parque Estadual José Lutzenberger seja resguardado e amparado por leis mais rígidas, provenientes de uma das categorias de Unidade de Conservação de acordo com a lei do SNUC, especialmente uma Área de Proteção Ambiental-APA, garantindo assim, que o mesmo possa ser usufruído de forma ambientalmente equilibrada e socialmente justa, respeitando o Art. 225 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que assegura que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

REFERÊNCIAS

- ALIROL, P. Como Iniciar um Processo de Integração. In: VARGAS, H. C., RIBEIRO, H. (orgs.). **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP. São Paulo-SP, 2001. p. 21-42.
- AMORIM FILHO, O. B. **Os Estudos da percepção como a última fronteira da gestão Ambiental**. In: Simpósio Ambiental e Qualidade de Vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Minas Gerais, 2, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 2002. v. Único. p. 16-20. Disponível em: http://sigcursos.tripod.com/percepcao_ultima_frenteira.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018
- BALTAZAR, Jaqueline; CANELLA, Gustavo; GOMES, Douglas de Oliveira. **Programa de Educação Ambiental**: Torres Ilhas Park. Licenciar: Torres, 2015. 4 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASSA, Luana G. Parque Estadual José Lutzenberger: um museu a céu aberto. In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 4., 2016. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/trabalho/316/parque-estadual-jose-lutzenberger-um-museu-a-ceu-aberto>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac/SP, 2002.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>. Acesso em: 06 out. 2018.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 24 set. 2018.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 23 set. 2018.
- BRASIL. **Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>>. Acesso em: 27 out. 2018.
- BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3. ed. Brasília: MMA, DF, 2005. 102p. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/ arquivos/pronea3.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

BRESOLIN, Alan José; ZAKRZEWSKI, Sônia Beatris Balvedi; MARINHO, Jorge Reppold. Percepção, Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Um Estudo no Parque Estadual de Espigão Alto-Barracão/RS – Brasil. **Perspectiva**, Erechim, v. 34, n. 128, p. 103-114, dezembro/2010. Disponível em: <

http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_141.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2000.

CARNEIRO, Maria João; COSTA Carlos; CROMPTON, John. A escolha do Destino Turístico a Visitar – Motivos da Visita a Áreas Protegidas. **Revista Turismo e Desenvolvimento**. Aveiro, PT: [s.n], n. 6, p. 109-123, 2006. Disponível em:

<<http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/10648/8848>>. Acesso em: 26 out. 2018.

CAVALCANTE, Silvia; MACIEL, Regina Heloisa. Métodos de Avaliação da Percepção Ambiental. In: PINHEIRO, José de Queiroz; GÜNTHER, Hartmut (Orgs.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 149-180.

DIAS, Leonice Seolin; LEAL, Antonio Cezar; CARPI JUNIOR Salvador (Org.). **Educação Ambiental: conceitos, metodologia e práticas**. 1.ed. Tupã: ANAP, 2016, 187 p. Disponível em: < <https://www.amigosdanatureza.org.br/biblioteca/livros/item/cod/123>>. Acessado em: 15 março 2018.

FILETTO, F.; MACEDO, R.L.G. Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.1, fev/abr 2015, pp.11-30. Disponível em:

<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/805/772>.

Acessado em: 20 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de Pesquisar: Como Fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004. 107 p.

GOLDSCHMIDT, Christian Lavich. Torres. **Jornal Correio do Povo**, Porto Alegre, RS:

Correio do Povo, 2006. Disponível em: <http://www.fgaia.org.br/texts/torres.html>. Acesso em: 05 nov. 2018.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da Pesquisa Qualitativa à Pesquisa Social. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**/ tradução de Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 95-126.

HORN, Gustavo de Freitas; DIAS, Maria Alice Medeiros. O Parque da Guarita em Torres, RS: A Preservação de um Patrimônio Paisagístico-Ambiental. In: Salão de Iniciação Científica – PUCRS, 10., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2009. p. 1870-1872. Disponível

em:<http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Arquitetura_e_Urbanismo/83370-GUSTAVODEFREITASHORN.pdf>. Acessado em: 21 jul. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOBO, Heros Augusto Santos. Ecoturismo e Percepção de Impactos Socioambientais sob a Ótica dos Turistas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR. **Pesquisas em turismo e paisagens cársticas**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 67-76, 2008. Disponível em: < http://www.sbe.com.br/ptpc/ptpc_v1_n1.pdf#page=69>. Acesso em: 27 out. 2018.

MARTINS, Miriam da Conceição; FROTA, Paulo Rômulo de Oliveira. Pressupostos Epistemológicos da Educação Ambiental (Visão Mecanicista x Visão Sistêmica). In: **Educação Ambiental: a diversidade de um paradigma**. 22 ed. Criciúma: EdiUnesc, 2013. p. 101-111.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução Das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, Jasmine Cardoso. **Geoturismo e interpretação ambiental** [online]. 1. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, 157 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/v4ddr/pdf/moreira-9788577982134.pdf>>. Acessado em: 20 out. 2018.

MOREIRA, Jasmine Cardoso; HÉVIA, Guillermo Melendéz. Usando o Patrimônio Geológico Para Atrair Turistas: O Geoturismo no Brasil (Paraná) E Espanha (Aragón). *GeoUsp – espaço e tempo (Online)*, São Paulo, [s.v.], n. 32, p. 123-139, 2012. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74286>>. Acessado em: 20 out. 2018.

NAIME, Roberto; GARCIA, Ana Cristina de Almeida. **Percepção ambiental e diretrizes para compreender a questão do meio ambiente**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004. 139p.

PÁDUA, Suzana. Machado. **A importância da educação ambiental na proteção da biodiversidade do Brasil**. Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000102.pdf>. Acessado em: 23 jul. 2018.

PEGORARO, João Luiz; SORRENTINO, Marcos. Programas educativos com flora e fauna (Expressões da Biodiversidade) e a educação ambiental. **Scientia Forestalis**, São Paulo, [s.v.], n. 54, p. 131-142, dez. 1998. Disponível em: <http://www.ipef.br/publicacoes/scientia/nr54/cap11.pdf>. Acessado em: 20 out. 2018.

PEREIRA, Elenita Malta. Lutzenberger e a materialização da ética ecológica: o Parque Estadual da Guarita (Torres-RS, 1972-1979). **Métis: História e Cultura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 30, p. 68-89, 2016. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/4935/2773>. Acesso em: 04 dez. 2018.

PETRY, Karla; ALMEIDA, Delia del Pilar M. de; ZERFASS, Henrique. O vulcanismo Serra Geral em Torres, Rio Grande do Sul, Brasil: empilhamento estratigráfico local e feições de interação vulcano-sedimentar. **Gaea**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 36-47, jan/jun-2005. Disponível em: < <http://revistas.unisinus.br/index.php/gaea/article/view/6403>>. Acessado em: 06 jun. 2018.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 4. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001. 87 p.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 11.884, de 02 de Janeiro de 2003**. Denomina de “Parque Estadual José Lutzenberger” o atual Parque Estadual da Guarita, situado no Município de Torres, e dá outras providências. Porto Alegre: Palácio do Piratini, 2003. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.884.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018. p. 1.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Áreas não integrantes do Seuc**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://ww1.sema.rs.gov.br/upload/SEUC_áreas%20não%20integrantes_18012013.pdf. Acessado em: 23 jul. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Unidades de Conservação**. Porto Alegre, [ca. 2018]. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/unidades-de-conservacao-2016-10>. Acesso em: 28 set. 2018.

RIO, Vicente Del. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA L. de; RIO. V. de (org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: UFSCAR/Estúdio Nobel, 1996, p. 3-22.

SORRENTINO, Marcos; et al. Educação Ambiental como Política Pública. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

TORRES. **Parque da Guarita**. Disponível em: <https://torres.rs.gov.br/viva/parque-da-guarita/>. Acessado em: 04 mar. 2018.

TORRES. Lei nº 3373, de 07 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Criação e Delimitação da Área de Proteção Ambiental (APA) Guarita-Itapeva. **Diário Oficial do Município de Torres**, Torres, 07 de dez. 1999. Seção 1, p 1. Disponível em: http://www.camaratorres.rs.gov.br/camara/proposicao/Leis-ordinarias/1999/1/0/3643#lista_texto_proposicao. Acessado em: 23 jul. 2018.

TORRES, Denise de Freitas; OLIVEIRA, Eduardo Silva de. Percepção Ambiental: Instrumento para educação ambiental em unidades de conservação. **Ensaio: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 21, p. 227-235, julho/dezembro de 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3046>. Acessado em: 21 jul. 2018.

TOZZO, Robson Alexandre; DE MARCHI, Ellenn Christie. Unidades de conservação no Brasil: uma visão conceitual, histórica e legislativa. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, [S.l.], v. 6, n.3, p. 508-523, jul/dez 2014. Disponível em: <https://www.uninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/viewFile/300/170>. Acessado em: 23 jul. 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de DIFEL / Difusão Editorial S. A. São Paulo: DIFEL / Difusão Editorial S. A, 1980.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e Lugar**: A Perspectiva da Experiência. São Paulo: Difel, 1983.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE O PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZENBERGER, TORRES, RS

Objetivo: Analisar a Percepção Ambiental dos visitantes sobre o Parque Estadual José Lutzenberger, em Torres-RS.

Período da coleta de dados: 02/07/2018 a 30/07/2018

Tempo estimado para cada coleta: 30 minutos

Local da coleta: Parque Estadual José Lutzenberger, Torres-RS

Pesquisador/Orientador: Miriam Da Conceição Martins

Telefone: (48) 999645541

Pesquisador/Acadêmico: Rita de Cássia Justo da Luz

Telefone: (51) 991701109

8ª fase do Curso de Ciências Biológicas (Bacharelado) - UNESC

Como convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que:

Poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa.

Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas para com a mesma. No entanto, fui orientado(a) da garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo. Como prevê o item IV.3.g da Resolução CNS 466/2012, foi garantido a mim (participante de pesquisa) e ao meu acompanhante (quando necessário) o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como transporte, alimentação e hospedagem (quando necessário) nos dias em que for necessária minha presença para consultas ou exames.

Foi expresso de modo claro e afirmativo o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios pelo tempo que for necessário a mim (participante da pesquisa), garantido pelo(a) pesquisador(a) responsável (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Estou ciente da garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV.3.h, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde - podendo eu solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Para tanto, fui esclarecido (a) também sobre os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA

Participação na entrevista, através de um questionário com perguntas abertas e fechadas.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

RISCOS
A presente pesquisa não apresenta riscos à saúde física e mental dos participantes envolvidos.
BENEFÍCIOS
Obter conhecimentos sobre a percepção ambiental dos visitantes do Parque, visando assim, obter novas bases para a elaboração de projetos de Educação Ambiental.

Declaro ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa, consultando, se necessário, meus familiares ou outras pessoas que possam me ajudar na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme a resolução CNS 466/2012 item IV.1.C.

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas, foram devidamente esclarecidos, sendo que, para tanto, firmo ao final a presente declaração, em duas vias de igual teor e forma, ficando na posse de uma e outra sido entregue ao(à) pesquisador(a) responsável (o presente documento será obrigatoriamente assinado na última página e rubricado em todas as páginas pelo(a) pesquisador(a) responsável/pessoa por ele(a) delegada e pelo(a) participante/responsável legal).

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com o(a) pesquisador(a) **MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS** pelo telefone **(48) 999645541** e/ou pelo e-mail **mcm@unesc.net**

Em caso de denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética – CEP/UNESC (endereço no rodapé da página).

O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.




Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

ASSINATURAS	
<p>Voluntário(a)/Participante</p> <p>_____</p> <p>Assinatura</p> <p>Nome: _____</p> <p>CPF: _____._____._____ - ____</p>	<p>Pesquisador(a) Responsável</p> <p>_____</p> <p>Assinatura</p> <p>Nome: _____</p> <p>CPF: _____._____._____ - ____</p>

Criciúma (SC), _____ de _____ de 2018.

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE TORRES-RS PARA PESQUISA NO PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZENBERGER



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TORRES
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO
AUTORIZAÇÃO 021-18

AUTORIZAÇÃO 021-18

PROCESSO SMAURB: 986-18 de 19/06/2018
REQUERENTE: Rita de Cássia Justo da Luz
ORIENTADOR: Prof. Dra. Miriam da Conceição Martins
INSTITUIÇÃO: Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
SOLICITAÇÃO: REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA NO PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZENBERGER (PARQUE DA GUARITA)

PROTOCOLO GERAL: 7838-18 de 19/06/2018
RG: 3112669944 SSP/RS **CPF:** 040.831.970-48

CONSIDERANDO:

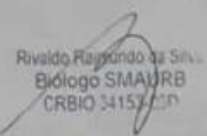
- O Decreto Municipal 17 de 05 de Março de 2012 que regulamenta a pesquisa científica no Parque Estadual José Lutzenberger (Parque da Guarita);
- O Instrumento de Cessão de Uso e seu(s) aditivo(s) celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer e a Prefeitura do Município de Torres;
- O Plano de Uso do Parque Estadual José Lutzenberger (Parque da Guarita);
- O projeto de pesquisa anexado ao processo/protocolo supracitado;

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo (SMAURB), no uso de suas atribuições, **AUTORIZA**, o requerente supracitado através de seu representante a efetuar a pesquisa vinculada ao processo supracitado:

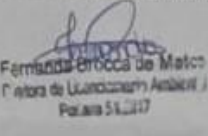
**PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE O PARQUE ESTADUAL
JOSÉ LUTZENBERGER, TORRES-RS**

Desde que sejam observadas as seguintes CONDIÇÕES/RESTRICÇÕES:

- As ações/atividades deverão ser realizadas em conformidade com o projeto apresentado;
- As atividades da pesquisa serão feitas com acompanhamento da SMAURB em conformidade com o Art 7º do Decreto Municipal 17/2012;
- Deverá ser disponibilizado à SMAURB, livre de ônus, cópia de todos os resultados; relatórios, publicações, similares oriundas da pesquisa realizada em conformidade com o Art 9º do Decreto Municipal 17/2012;
- Esta autorização é válida a toda equipe envolvida no projeto, sendo de responsabilidade do pesquisador/requerente dar ciência a todos os envolvidos das condicionantes da mesma, bem como de qualquer outra restrição legal que houver;
- Esta autorização é válida pelo **prazo de 12 meses** a contar da sua emissão, e a renovação da mesma se dará em conformidade com o art 10º do Decreto Municipal 17/2012;
- Em atendimento ao parágrafo único da Art 10º a autorização para cada ingresso no Parque deverá ser solicitada com antecedência mínima de 03 dias úteis junto a SMAURB;
 - 6.1. Cada solicitação de ingresso para o desenvolvimento da pesquisa deverá ser encaminhada por meio eletrônico: **biologo@torres.rs.gov.br**
 - 6.2 O pesquisador deverá informar:
 - 6.2.1. O número SMAURB e o Protocolo Geral conforme consta nos dados de identificação de processo supracitados;
 - 6.2.2. A data e horário de chegada e saída;
 - 6.2.3. Os nomes completos de todos que irão participar da atividade de campo/ pesquisadores (na ausência do pesquisador requerente deverá ser indicado um membro da equipe como responsável);
- As atividades de pesquisa não poderão resultar em danos aos ambientes do parque e sua biodiversidade;
- Esta autorização não contraria o disposto na(s) autorização(ões) emitida(s) pelos órgãos federais e/ou estaduais;
- O requerente e/ou equipe de campo deverá portar uma via desta autorização durante a sua estadia no parque.



Rivaldo Raimundo da Silva
Biólogo SMAURB
CRBIO 34157-5



Fernanda Brocca de Matos
Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo
Paraná 58.217

Torres, 22 de junho de 2018

O solicitante recebeu uma cópia deste em: ____/____/2018.

Ass.: _____

Rua José Antonio Picoral 79 - Centro, Torres, RS.
CEP: 95.560-000 Fone: (051) 3626-9150 ramais 245/246/247
meioambiente@torres.rs.gov.br
www.torres.rs.gov.br

ANEXO C – PARECER SUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DE HUMANOS – CEP, DA UNESC.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE O PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZENBERGER, TORRES, RS

Pesquisador: MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 91956318.0.0000.0119

Instituição Proponente: Universidade do Extremo Sul Catarinense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.749.538

Apresentação do Projeto:

Adequado.

Objetivo da Pesquisa:

Adequado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Adequado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequado.

Recomendações:

Adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC

Município: CRICIUMA

Telefone: (48)3431-2606

CEP: 88.806-000

E-mail: cetica@unesc.net

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC**



Continuação do Parecer: 2.749.538

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Declaração de Instituição e Infraestrutura	IMG_20180629_180952_513.jpg	02/07/2018 16:33:07	RENAN ANTONIO CERETTA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1160106.pdf	29/06/2018 21:50:51		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclerita.pdf	20/06/2018 20:14:45	MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETORITA.docx	20/06/2018 20:03:59	MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTORITA.PDF	20/06/2018 20:01:13	MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRICIUMA, 02 de Julho de 2018

**Assinado por:
RENAN ANTONIO CERETTA
(Coordenador)**

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC

Município: CRICIUMA

Telefone: (48)3431-2606

CEP: 88.806-000

E-mail: cetica@unesc.net

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DO PARQUE.



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE VISITANTES SOBRE O PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZENBERGER (PARQUE DA GUARITA)

Sexo: () M () F

Idade: _____

Município onde reside: _____

Escolaridade: () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto () Ensino M. Completo () Ensino Superior

Profissão: _____

É a primeira vez que você visita o Parque da Guarita?

() Sim () Não

Em sua opinião, o que é o Parque da Guarita?

Em sua opinião, qual a função do Parque da Guarita?

- () Lazer () Proteger o Meio Ambiente () Fazer Pesquisas
() Proteger Patrimônio Histórico, Geológico e Cultural. () Todas as alternativas.
() Outro (s). Qual (is)?

Qual meio você utilizou para chegar ao Parque?

() Carro () Bicicleta () Ônibus () A pé () Outro (s). Qual (is)?

Com quem você está visitando o Parque?

() Família () Amigos () Excursão () Sozinho () Outro (s). Qual (is)?

Qual o motivo da sua visita ao Parque?

- ☐ Lazer ☐ Conhecer a Natureza ☐ Estudos/Pesquisas
☐ Práticas de Esportes ☐ Caminhadas ☐ Outro (s). Qual (is)?

Em sua opinião, há aspectos positivos no Parque?

- ☐ Não ☐ Sim. Quais são?

Em sua opinião, há aspectos negativos do Parque?

- ☐ Não ☐ Sim. Quais são?

O que você acha da vegetação do Parque da Guarita?

Você viu algum animal no Parque da Guarita? Qual (is)?

Em sua opinião, qual a importância dos paredões rochosos à beira mar?

Em sua opinião, é importante conservar o Parque da Guarita?

(☐) Não (☐) Sim. Por quê?

(Se SIM para a pergunta anterior):

Em sua opinião, o que pode ser feito para ajudar a conservação do Parque da Guarita?

Em sua opinião, o que é “Meio ambiente”?
